

Antônio de Pádua Ribeiro

Reflexões Jurídicas

Palestras, Artigos & Discursos

Brasília – 2000



BRASÍLIA JURÍDICA

Modernizando a Justiça

A principal crítica que se faz ao Judiciário é a de que é moroso e pouco eficiente. No âmbito deste Tribunal e do Conselho da Justiça Federal, tem sido feito um grande esforço no sentido da modernização da Justiça, visando a torná-la mais consentânea com as exigências dos tempos modernos e com as expectativas da sociedade a que serve.

Este Tribunal, num ingente esforço, implantou, na área de informática, o denominado “sistema push”, pelo qual comunica, em tempo real, aos advogados e às partes interessadas todas as informações relativas ao andamento dos seus processos. Basta que tenham um computador e se cadastrem no *site* do STJ. Ao invés de os interessados procurarem o Tribunal em busca de informações, este é que os procura, levando-lhes as informações de que necessitam. Trata-se de grande avanço.

Neste mês, outro passo importante foi dado. Disponibilizaram-se cerca de 1.500.000 páginas de acórdãos proferidos pelo Tribunal via internet. Passaram os advogados e estudiosos do Direito a ter fácil acesso à jurisprudência desta Corte, que diz a última palavra, na esfera infraconstitucional, sobre direitos relativos à vida, à liberdade e ao patrimônio das pessoas.

Não se pode, ainda, deixar de salientar que o Diário da Justiça, que publica atos e decisões desta Corte, é editado pela via eletrônica. Desse modo, não mais se encaminham papéis à Imprensa Nacional, mas impulsos eletrônicos, com grande economia de recursos públicos.

Essas medidas e muitas outras a serem adotadas devem ser estendidas e compartilhadas com outros órgãos do Poder Judiciário e do Poder Executivo.

Diante desse quadro, este ato reveste-se de grande significação, realçada pela presença de altas autoridades do País, que aqui se encontram.

O que se pretende é interligar os sistemas informáticos do Superior Tribunal de Justiça, dos cinco Tribunais Regionais Federais e das suas Seções Judiciárias aos sistemas informáticos dos seus principais clientes, ou seja, daqueles que mais causas têm em curso nos citados órgãos jurisdicionais: a Advocacia-Geral da União, a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, a Caixa Econômica Federal e o Instituto Nacional do Serviço Social. A medida acarretará uma grande economia de recursos e de esforços, tornando mais eficientes a administração da Justiça e os órgãos jurídicos dos entes que, perante eles, fazem-se presentes como partes nas ações ajuizadas. Haverá menos deslocamentos de advogados e procuradores para busca de informações junto aos órgãos do Judiciário; menos servidores serão utilizados no atendimento às partes e advogados. Por outro lado, o sistema poderá ser utilizado para aulas e conferências a distância, elaboração de estatísticas confiáveis, controle de valores recolhidos diariamente aos cofres públicos, seleção de processos mais importantes, a exigirem atenção especial, expedição automática de certidões, padronização de mandados, alvarás e de muitos atos e termos processuais; enfim, inúmeras providências em prol de um Estado mais eficiente, em favor da redução do denominado “custo Brasil”.

Agindo assim, temos procurado mostrar que as críticas endereçadas ao Judiciário, muitas delas procedentes, devem ser examinadas e acolhidas, procurando-se os caminhos que melhor atendam os interesses da população. Com esse objetivo, o importante é trabalhar e trabalhar muito, sempre com os olhos voltados para os superiores interesses públicos e objetivando a consecução das aspirações coletivas.

Este Tribunal e o Conselho da Justiça Federal têm feito um grande esforço para aumentar o entendimento entre os Poderes, com o fito de superar os atritos decorrentes do exercício das três funções estatais básicas, tendo em vista a realização do bem comum. Tal proceder não implica abrir mão dos princípios que regem a atuação de cada Poder, mas, uma aproximação maior entre os seus membros, com o objetivo de se tomarem medidas de interesse geral, visando à sociedade como um todo. O que têm procurado é cumprir a segunda parte do art. 2º da Constituição, na consonância do qual os Poderes são independentes, porém harmônicos entre si. A independência não exclui a harmonia, e a harmonia só poderá ser obtida mediante conversações, sob a fiscalização da sociedade, que permitam identificar posições convergentes, a fim de que os problemas do Estado sejam resolvidos com a rapidez exigida pelos tempos modernos.

Afigura-se-me, pelo que representa, que este ato é de grande significação para o País. Disso dão testemunho as altas autoridades aqui presentes, com as quais me congratulo, certo de que outras medidas se seguirão com o mesmo objetivo de obter um Estado mais harmônico, mais democrático e mais ágil na prestação do serviço público, especialmente o de distribuir justiça.

Obs. Foram partes neste Convênio: O Presidente do STJ, o Ministro da Fazenda, o Advogado-Geral da União, os Presidentes dos Tribunais Regionais Federais, o Presidente do INSS, o Presidente da CEF e o Procurador-Geral da Fazenda Nacional.

* Palavras proferidas em 10 de março de 1999, por ocasião da celebração do Convênio de Cooperação Técnica para Acesso Recíproco às Bases de Dados e Tráfego em Rede. Salão Nobre do STJ, Ed. do Plenário.